

Maio/83

Boletim da Associação dos Docentes da UFPb-CG

RUA APRIGIO VELOSO, 882 - BODOCONGÓ - 58.100 - CAMPINA GRANDE - PB.
TEL. 321.7222 Ramal 610. BOLETIM INFORMATIVO Nº 19 MAIO - 1983

ALERTA GERAL

A reestruturação em debate

Reajuste dos Professores:
A "Vala Comum" dos Funcionários Públicos

ELEIÇÃO DE DELEGADOS AO CONGRESSO '83:

ELEIÇÃO PARA OS DELEGADOS AO IV ENCONTRO DAS CLASSES TRABALHADORAS.

DIA 10 DE JUNHO, ATÉ AS 17 HORAS - INSCRIÇÃO COM APRESENTAÇÃO DE PROGRAMA DATILOGRAFADO EM ESTÊNCIL.

DIA 15 DE JUNHO ----- ELEIÇÃO

o0o

ASSEMBLÉIA GERAL

DIA 8 DE JUNHO
ÀS 16 HORAS
NO CALÇADÃO DO CH
PAUTA:

- INFORMES
- REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE
- CAMPANHA SALARIAL
- I CONCLAT
- OUTROS

COMPREÇA!



adufpb-cg

associação de docentes da ufpb
campina grande

CRISE ATINGE A FAMÍLIA



NOTÍCIAS DOS DEPARTAMENTOS

Vários departamentos realizaram eleições para a escolha de suas chefias.

Foram eleitos pelos seus pares o prof. Félix Brasil, Departamento de Engenharia Mecânica; prof. José Gomes, Engenharia Mecânica; prof. Edmar A. Barbosa, Departamento de Engenharia Química; prof. Maria de Sá Braga, Departamento de Sociologia e Antropologia; prof. Joaquim Alencar, Departamento de Ciências Jurídicas; prof. Eleni Giamini, Departamento de Educação e Humanidades.

Em breve, teremos a eleição do membro do Conselho Universitário, representante do CCT. O processo de renovação democrática de todos os postos executivos da UFPb é uma conquista de todos os professores. Saudamos os eleitos e lhes desejamos uma gestão promissora.

AGUARDEN:

- Campeonato de Futebol de salão e volei (misto).
- Amistosos com os colegas de Patos, Areia e Sousa.

ÂNIMO, MOÇADA !

GINÁSTICA MATINAL

Todas as segundas, quartas e sextas, às 6 horas, um grupo de professores, sob a coordenação do prof. Cirilo Cordeiro, participa da Ginástica Matinal no Ginásio Prof. José Lopes de Andrade. Após o exercício físico, como complemento, uma rápida prática esportiva.

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFPb DE CAMPINA GRANDE

nº 19

maio de 1983

tiragem: 1000 exemplares

custo aproximado: 80 mil cruzeiros

comissão editorial: raíundo, Mário e João Batista.

secretária gráfica: telma.

EDITORIAL

NOVAMENTE, SOBRE A REESTRUTURAÇÃO

Anuncia-se mais um ante-projeto de reestruturação da universidade gestado no CRUB. Novamente, a comunidade acadêmica é colhida de surpresa com proposta que não satisfaz sequer parcela dos que integram o Conselho de Reitores. Paralelamente, a grande imprensa denuncia a crise da universidade, a negativa de verbas suplementares para o ensino superior através de circular da Casa Civil da Presidência da República - após os sucessivos cortes nas dotações orçamentárias para o MEC - e acusa interferência do PDS neste Ministério.

Na UFPb, nos Campi do Interior agravam-se as condições de trabalho. A insuficiência de verbas se reflete nesta instituição de ensino superior. Salas sem lâmpadas levam a que professores ministrem aulas nos corredores. A falta de segurança limita a permanência de estudantes, professores e funcionários no Campus II aos horários diurnos. Gera-se uma insatisfação canalizada para o responsável pela administração mais próximo.

Nossos proventos, bem como de todo o funcionalismo público, sofre perdas substanciais, pela ação corrosiva da inflação e pelo confisco tributário.

Qual a solução para estes problemas ?

Em situações bastante adversas, o movimento docente deu demonstrações de compromisso com a defesa da Universidade, sem capitular na luta em prol dos direitos dos professores. Com autonomia, as Associações de Docentes impuseram-se como entidades de representação, capitaneando campanhas vitoriosas em favor da democracia na universidade, da carreira docente e da melhoria das condições de trabalho.

Hoje a ADUFPb-CG congrega mais de 80% dos professores em sua área de abrangência e este alto grau de aderência a entidade de classe deve se configurar, também na participação unitária nos encaminhamentos propostos pela nossa associação.

A reestruturação democrática da universidade, perseguida pelos segmentos que a integram, está ao nosso alcance. A campanha salarial unificada com o funcionalismo público federal se esboça como uma realidade. A concretização de nossos anseios mais imediatos no que toca a melhoria das condições de trabalho, também, é possível.

Isto tudo só depende de cada um de nós, da nossa unidade em torno da ADUFPb-CG.

ADUFPB-CG PARTICIPA DA REATIVAÇÃO DA FASPEP

Cumprindo orientação programática, nossa Associação participou ativamente da reativação da Federação dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba (FASPEP), ocorrida, após inúmeras reuniões, na Assembléia Geral das entidades do funcionalismo paraibano no dia 30 de abril passado, em João Pessoa.

Além da ADUFPB-CG, estiveram presentes à assembléia a Associação dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba (ASPEP), Associação dos Servidores Públicos da Assembléia Legislativa (ASSAL), Associação dos Servidores da SUPLAN (ASSUP), Associação dos Policiais Cíveis do Estado da Paraíba (APCEP), Associação dos Oficiais da Justiça do Estado da Paraíba (AOJEP), Associação dos Servidores do Instituto de Previdência do Estado da Paraíba (ASSIPEP), Associação dos Servidores do Tribunal de Contas (ASTCE), Associação dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito (ASDET), Associação Nacional dos Fiscais da Previdência Social - seção da Paraíba (ANFIP), Associação dos Servidores do 13º Distrito Rodoviário Federal (ASERF), Associação dos Servidores do Ministério da Agricultura (ASMAPA), União dos Servidores em Atividades Legislativas da Paraíba (USALP), Associação dos Servidores Municipais de Campina Grande (ASPM) e a Associação Paraibana dos Servidores Educacionais (APSE).

Com base no documento da diretoria, que transcrevemos abaixo, a representação da ADUFPB-CG teve atuação destacada na referida assembléia, visando unificar o movimento dos servidores públicos no Estado, contribuindo para que se formasse uma primeira diretoria de consenso, que ficou assim constituída:

PRESIDENTE : MÁRIO DE SOUSA ARAÚJO (ANFIP)
Vice-Presidente: FERNANDO BORGES DE SOUSA (ASSUP)
1º Secretário : FÉLIX ARAÚJO SOBRINHO (ASSAL)
2º Secretário : AGAMENON VIEIRA (AMPEP)
1º Tesoureiro : ALOÍSIO FEITOSA (ASPEP)
2º Tesoureiro : JOSÉ NILDO PESSOA (ASDET)

CONSELHO FISCAL :

- ADALBERTO RIBEIRO (AOJETP)
- SEVERINO MATIAS (ASPM)
- GEOMARQUES LOPES DE FIGUEIREDO (APCEP)

POSICIONAMENTO DA DIRETORIA

O movimento docente tem fornecido demonstrações inquestionáveis da sua potencialidade e da disposição do conjunto dos que o integram de avançar na direção de conquistas não somente capazes de beneficiarem o professorado das instituições de ensino superior autárquicas, mas, também, o funcionalismo público federal.

Esta perspectiva, instaurada a partir da mobilização em todo o Brasil, desde 1979, ganhou mais vigor com a constituição de nossa entidade nacional dos docentes de ensino superior - ANDES.

Entendemos, contudo, que as recentes greves, ao mesmo tempo que evidenciaram um alto grau de organização e de unidade entre os professores, apresentaram as limitações inerentes as de campanhas deflagradas por uma categoria isoladamente.

Desde 1980 a busca de uma articulação com o conjunto do funcionalismo público se coloca como uma alternativa no sentido de superar estas limitações, ampliando a capacidade de pressão e de barganha de nossa categoria, em particular, e do funcionalismo como um todo.

A aproximação com a CSPB, a realização do I Encontro Nacional de Servidores Públicos Federais, em março deste ano e a reativação da Federação dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba são aspectos positivos de um processo que exigirá uma articulação mais intensa e efetiva entre todos os segmentos do funcionalismo na defesa de seus direitos.

A ADUEPB-CG tem manifestado publicamente seu posicionamento e seu compromisso com a unificação dos esforços neste sentido, que não comprometem a identidade da nossa entidade de classe ou do movimento sindical no seu conjunto.

O programa da atual gestão, eleito por votação no conjunto dos professores que integram a ADUEPB-CG, esclarece este propósito e indica a necessidade de participação na Federação dos Servidores Públicos no Estado da Paraíba.

Desta forma vimos nos integrar ao processo de reconstrução desta entidade, almejando-o aberto, democrático e unitário, com vistas a incorporar as iniciativas de todas as entidades que pretendem fortalecer a congregação dos Servidores Públicos na Paraíba.

Reconhecendo o pleno direito de que cada entidade, ou grupo de entidades possam apresentar chapa para compor a nova diretoria, a chamamos, contudo, que se o processo de indicação de critérios e de no

mes para integrar a nova diretoria não é feito com abertura a todas e las, numa reunião pública, cria-se uma situação propícia para surgirem tensões, discriminações indevidas, que não ajudam, no nascimento, o processo de unificação da nossa categoria.

Trazemos como proposta para a formação da primeira diretoria provisória para a entidade, alguns critérios que julgamos objetivo, amplos e respeituosos das características de cada uma das entidades congregadas para formar nossa Federação. Esses critérios visam assegurar ao máximo a representatividade de nossa Federação, ao mesmo tempo em que possibilitam a todas as entidades expressarem seus pontos de vista, interferirem, opinando unitariamente na formação da diretoria de nossa Federação.

Submetemos à discussão os seguintes critérios:

- a) na composição deve-se levar em conta a base social das entidades , garantindo-se uma representação equilibrada dos setores de nossa categoria (estadual, federal e de servidores municipais), e da localização no Estado.
- b) O contingente de filiados.
- c) O nível de atividades das entidades e sua capacidade de iniciativas.
- d) A participação no processo de reativação da Federação.
- e) Disposição de acato aos acordos coletivos que propiciem a instauração de uma prática unitária e democrática, principiando pelos que serão tomados na reunião de reativação da Federação.

Achamos que da discussão desse princípio, surgiram os nomes que deverão integrar a nova diretoria, em condições favoráveis para serem plenamente acatadas por todos os integrantes do processo de reativação da Federação, e por aquelas entidades que, seguramente, virão a se juntar a nós, no futuro.

Saudamos o processo de reativação da Federação dos Servidores Públicos na Paraíba, colocando-nos, a partir de já, como parte integrante desta entidade. Nos marcos desta Federação, envidaremos todos os esforços para que a entidade possa reunir o amplo espectro do funcionalismo na Paraíba e possa se colocar a serviço da luta pelos seus direitos fundamentais.

Campina Grande, 27 de abril de 1983.

1º DE MAIO UNIFICADO EM SAPÉ

Seguindo a orientação da Comissão Nacional PRÓ-CUT, a Intersindical da Paraíba realizou este ano no município de SAPÉ, uma ampla manifestação unitária, congregando quarenta e um sindicatos de trabalhadores rurais e dezesseis entidades de classe da área urbana. Em presença de mais de seis mil pessoas foi apresentada a pauta de reivindicações da Comissão PRÓ-CUT e nela tivemos contemplado o nosso pleito de reajuste salarial de 70% a partir de maio, extensivo a todo o funcionalismo público federal.

A realização de 1º de maio unitário já é uma conquista do movimento sindical, pois traduz de modo insofismável a vontade do conjunto dos trabalhadores entre os quais os docentes e funcionários da UFPb, de construir UNIDADE em torno de uma entidade nacional que centralize e empreenda todas as nossas campanhas.

O 1º de Maio Unitário da Paraíba deu vigor ao processo de organização do I CONGRESSO DAS CLASSES TRABALHADORAS e favorece a construção da CUT.



Aguarde lançamento breve:

A CAMINHO DA CUT

com as resoluções do I Conclat

"A ASSOCIAÇÃO É DE TODOS OS PROFESSORES"

(Trechos do DISCURSO DE POSSE da Diretoria recém-eleita)

"Nosso estilo de atuação à frente da entidade baseia-se no esforço de aumentar a participação dos professores em nossas atividades. Porisso, conservamos no Programa a reunião quinzenal de diretoria aberta a todos os associados com direito a voz. Estamos determinados a realizar assembléias-gerais sempre que os assuntos exijam. Manteremos, ao máximo, articulação permanente com as Secretarias Adjuntas dos Campi do Interior, realizando, quando possível, reuniões de diretoria nos mesmos. Nossas vistas voltam-se, contudo, para as reuniões nos departamentos, onde podemos melhor estreitar os laços da associação com suas bases.

"Somos conscientes do atual nível de mobilização dos professores, ao mesmo tempo em que sabemos da importância das inúmeras tarefas do dia-a-dia. Nossa idéia é reunir o maior número possível de colegas nas comissões de trabalho da associação. Sob uma coordenação da diretoria, baseada no Programa, as comissões cumprirão um papel valioso na implementação prática das decisões coletivas, dividindo muitas tarefas com os diretores da associação que não podem, em função de seus encargos docentes, concentrar em suas mãos todos os encaminhamentos.

"Se este é o estilo de atuação da diretoria eleita, seu espírito é a disposição de por em prática o compromisso programático que assumimos durante a campanha, além do Programa. Este consiste em que julgamos altamente prejudicial para nosso movimento a atitude incorreta de acreditar que nossas teses se comprovam na medida em que outros erram, fracassa a diretoria, ou não dá certo uma decisão tomada.

"As divergências de pontos de vista, que podem ser dirimidas em nossas instâncias decisórias, não são motivos para apostarmos no fracasso, omitirmo-nos ou entravarmos o cumprimento das deliberações coletivamente assumidas".

ATIVIDADES DAS COMISSÕES DA ADUFPB-CG

COMISSÃO CULTURAL

As atividades culturais que serão promovidas pela ADUFPB-CG, no ano de 1983, terão como objetivos fundamentais o estímulo à criação artística local e o aprimoramento científico-cultural da comunidade, além de conagração dos docentes através de encontros festivos.

Desta forma, a programação constará de apresentação de temas polêmicos através de conferências, seminários e debates e de atividades artísticas engajadas no processo social.

Atualmente, temos uma exposição de trabalhos do pintor BARROSO na nossa Sede Social. A sede está aberta a visitação pública, diariamente.

CALENDÁRIO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

DIA	MÊS	ATIVIDADE	MENSAL
13	05	Forró do Funcionário	Apresenta ção de fil mes, músi cos, peças teatrais, aniversa- rariantes do mês.
	05	SEMINÁRIO: Educação e Reestruturação da Uni versidade.	
23	06	PALESTRAS: Educação Popular	
	08		
	09	CICLO DE ESTUDOS: Papel Social da Mulher	
15	10		
	11	CICLO DE ESTUDOS: Saúde	
24	12		

CAMPANHA SALARIAL DO SERVIDOR PÚBLICO

Desde a realização do I Encontro Nacional de Servidores Públicos Federais, no começo do ano, nossa associação vem intensificando as ações conjuntas com todo o funcionalismo em prol de nossas reivindicações comuns.

Participamos do Dia Nacional de Protesto (13/05/83), realizando, com a AFUF, o ATO PÚBLICO nesse dia e também participamos de um debate na Câmara de Vereadores. Distribuímos 3.000 panfletos na véspera do dia de aprovação do Decreto-Lei 1.984 no centro da cidade, nos quais divulgávamos à Comunidade a pauta mínima de reivindicações do funcionalismo público federal.

NOSSAS REIVINDICAÇÕES

01. REAJUSTE SALARIAL DE 70% A PARTIR DE MAIO.
02. DIREITO À SINDICALIZAÇÃO.
03. 13º SALÁRIO PARA OS ESTATUTÁRIOS.
04. REAJUSTE SEMESTRAL.
05. ENVIO DO ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO AO CONGRESSO.

COMISSÃO APROVA REAJUSTES SEMESTRAIS PARA SERVIDORES

O jornal "Folha de São Paulo", em sua edição de 11 de maio último, informa: "A Emenda Constitucional que estende aos servidores públicos o direito aos reajustes semestrais foi aprovada ontem pela Comissão Mista do Congresso Nacional encarregada de examinar a matéria, e agora irá à votação em plenário, em data a ser marcada."

Ainda da "Folha" do dia 11 de maio: "Para não dar número à votação do projeto que reajusta o funcionalismo público federal, o PDS retirou-se ontem à noite do plenário do Congresso, enquanto as oposições continuavam discutindo a matéria."

O P I N I Ã O :

OS PROFESSORES E O I CONGRESSO DAS CLASSES TRABALHADORAS

Tem sido uma constante no processo associativo da nossa categoria profissional a procura de uma real aproximação e de unidade com outros segmentos de trabalhadores. Assalariados que somos a serviço do aparelho de Estado, adquirimos, no curso de recentes campanhas, a consciência do potencial e das limitações do nosso movimento, de nossas entidades de classe.

Nossas reivindicações ganham maior força se incluídas no rol das aspirações do conjunto do funcionalismo público, dos assalariados e da sociedade brasileira de modo geral. Ainda que não percamos de vista a necessidade de que prossigamos, muitas das vezes, objetivos específicos, temos a clareza de que, isoladamente, enfrentaremos grandes obstáculos a transpor.

A criação da ANDES, Entidade Nacional dos Docentes do Ensino Superior, a reativação da Federação dos Servidores Públicos Federais, no qual se formou uma ampla Comissão de Mobilização, além da perspectiva de filiação a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB - , organismo que congrega 808 entidades do funcionalismo, são passos que concretizam um caminho no sentido da confluência, de esforços num determinado campo.

Outras questões, mais abrangentes, colocam-se ainda para nós. Questões que exigem para o seu solucionamento um nível de articulação e de organização mais elevado. Pressupõem o equacionamento das expectativas de uma gama muito extensa de trabalhadores na área do direito ao trabalho, das políticas previdenciárias, fundiária, salarial e econômica de nosso país.

Dai a relevância de um espaço comum de discussão no qual estes problemas sejam ventilados, propiciando deliberações ' conjuntas. O I Congresso das Classes Trabalhadoras - **I CONCLAT** - a se realizar em agosto deste ano, cumpre um papel de maior importância, ensejando uma oportunidade aguardada há muito tempo por nós. Este Congresso se preparado, através de ampla discussão, nos sindicatos e associações de classe, deverá se converter no forum democrático, por excelência de todos os que trabalham em nosso país. Desta preparação dependerá, certamente, a representatividade do evento e da Central Única de Trabalhadores, a CUT, que se pretende construir, autônoma do Estado e dos partidos, por iniciativa das bases do movimento sindical.

Wagner Braga Batista

A REESTRUTURAÇÃO :

POR UM DEBATE AMPLO

Nossa Associação vem acompanhando de perto a evolução última do ante-projeto do CRUB sobre a reestruturação das Universidades.

Divulgamos no dia 13/05, pela imprensa, Carta Aberta à Comunidade, na qual valorizávamos declaração do Reitor Berilo Ramos Borba, manifestando sua disposição de consultar a Comunidade Acadêmica sobre o referido ante-projeto. Na Carta, sugerimos ao Magnífico Reitor que se realizassem discussões, seminários, simpósios e congressos capazes de colher subsídios oferecidos pelos órgãos deliberativos superiores, pelos departamentos, além dos produzidos pelas entidades de representação dos professores, funcionários e estudantes da UFPb.

PRECISAMOS INICIAR AS DISCUSSÕES

A ADUFPb-CG vem divulgando o documento do CRUB e outros subsídios. A diretoria tem se deslocado aos Campi do Interior, e já os departamentos do Campus II começaram o debate sobre o ante-projeto de reestruturação.

Conjuntamente com o DCE, participamos de um debate, no Auditório do IAPAS sobre a reestruturação. E temos programado realizar, no Campus II, nova discussão sobre o tema.

A LUTA PELA AMPLIAÇÃO DO PRAZO

Soubemos que o CRUB comunicou a Reitoria um prazo de 30 dias, a contar de 04/05/83, fixado pelo MEC, para o recebimento das sugestões. De imediato, dirigimos ofício ao Magnífico Reitor, conclamando para que convoque o debate e fazendo o ver da exiguidade do tempo e solicitando ampliação do mesmo, enviando cópia a todos os departamentos, Conselhos de Centro, CONSEPE, CONSUMI e a ANDES. Encaminhamos recomendação aos departamentos para que se posicionassem sobre o problema do prazo e enviassem manifestações escritas à Reitoria, o que já vem ocorrendo, a hora de fechar esta edição, com os departamentos de Mecânica, Educação, Sociologia e Agrícola.

ANTEPROJETO DE LEI SOBRE O NOVO REGIME A SER APLICADO AS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Análise feita pela APUFPR em Assembléia realizada em 12/04/83 no Centro
Politécnico

Os professores das Universidades Públicas Brasileiras, no final do ano passado, paralisaram suas atividades como recurso extremo de se contrapor aos intentos do MEC para implantar, por Decreto-lei, as chamadas "pré-condições" para a reestruturação da Universidade, consubstanciadas no que se denominou "orçamento global" e "desvinculação do DASP".

Na época, o movimento docente considerou estas pré-condições como caminho para transformar as universidades federais autárquicas em fundações, liquidando de vez os 25% do ensino superior público no Brasil.

Neste sentido, o presente anteprojeto de lei é totalmente inaceitável pela comunidade universitária brasileira pelas razões adiante expostas.

Repete este anteprojeto as malfadadas "pré-condições" constantes dos avisos 473 e 474 do MEC. A não aceitação destas "pré-condições" constou da pauta de reivindicações do movimento docente durante a última greve das universidades autárquicas, a qual só chegou ao fim diante do compromisso escrito assinado pela Exma. Sra. Ministra Ester de Figueiredo Ferraz (conforme Carta do Presidente da ANDES) nos seguintes termos quanto à reestruturação:

"(...) que o projeto seria tratado de maneira global, não mais se destacando as pré-condições, e que alguns pontos dos avisos 473 e 474 estariam já superados, como por exemplo a perda do reajuste semestral das fundações. Garantiu a participação da comunidade universitária em todo o processo e que o projeto final seria enviado ao Congresso Nacional, sob a forma de projeto de lei, a ser votado, e não de decreto-lei.

Por outro lado, o anteprojeto inexplicavelmente não contempla nenhuma das sugestões contidas no documento sobre a reestruturação da Universidade elaborado pela ANDES e encaminhado ao MEC, documento este que foi fruto de uma ampla e demorada consulta ao conjunto dos docentes de todas as universidades do país.

É neste sentido que o presente anteprojeto surpreende os professores, na medida em que regionaliza as Universidades, alterando a "ordem administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar", reduzindo a reestruturação da universidade à questão de orçamento e administração de pessoal como se outras questões básicas motivo das lutas reivindicatórias do movimento docente - entre as quais destacamos: a democratização do poder de decisão, a garantia de uma carreira docente unificada e da estabilidade funcional, bem como a questão do ensino público gratuito e de mais verbas para a educação e pesquisa - não devessem acompanhá-la.

Quanto a carreira docente, o presente anteprojeto se transformado em lei - liquida com a isonomia salarial. Mesmo o MEC garantindo os salários inicial e final da carreira (art. 3º), a possibilidade de gratificações (previstas no art. 18) abre espaço para a queda da isonomia salarial em todos os níveis.

Além disso, o fato de as gratificações não serem incorporadas ao salário diminuirá sensivelmente os proventos da aposentadoria.

Quanto aos regimes de trabalho, estes ficam pelo anteprojeto sob a total responsabilidade das universidades, não se garantindo as conquistas do magistério superior, especificamente a dedicação integral e exclusiva que tem significado um grande avanço para a profissionalização docente e para a melhoria do ensino e pesquisa nas IES brasileiras.

O art. 17 estabelece limite de gastos com o pessoal abrangendo dois períodos orçamentários. E de se perguntar como as universidades irão proceder quando faltar recursos a partir de um determinado mês face à inflação galopante que assola este país e ainda o disposto no art. 12 do anteprojeto (que impede ônus adicional ao Tesouro Nacional) ?

O anteprojeto não esclarece suficientemente a questão orçamentária, isto é, não se prevê a verdade orçamentária, exigência fundamental para a existência de autarquias de regime especial. São a verdade orçamentária - levando em consideração as autarquias de regime especial. São a verdade orçamentária - levando em consideração as reais necessidades financeiras da universidade numa economia em crise por uma alta taxa de inflação - garante a sobrevivência material das universidades.

Por fim, é importante destacar que o art. 17, parágrafo 2, retira a semestralidade das fundações. E ainda que este anteprojeto resuscita a figura do professor colaborador (agora batizado de "extraordinário"), o que levanta o espectro do professor horista e de todas as consequências disso para o ensino superior.

Diante disso tudo, parece fundamental que se amplie o debate e que não se atropele assunto de tão vital importância para o futuro do ensino superior público no Brasil.

Neste sentido, seria um grande passo se o Conselho Universitário convocasse uma Assembléia Universitária para uma ampla troca de opiniões sobre o tema.

X X X

A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE CAMPINA GRANDE

A Associação vem acompanhando a tramitação do projeto de lei do ex-deputado Otacílio de Queiroz, que cria a Universidade Federal de Campina Grande. Aprovado na Câmara, o projeto teve adiada sua votação no Senado para os primeiros dias de junho.

A Associação abrirá, com urgência, o debate entre os professores da UFPb. Nesta edição do Boletim está a cópia do anteprojeto. A ADUFPb-CG vem mantendo contatos com a ADURNe para uma discussão conjunta, estando programada uma reunião na sede da ADUFPb-CG no próximo dia 24/05/83.

ORÇAMENTOS E DEMOCRACIA : UFPB E ADUF, DOIS CASOS:

Por João Tertuliano
em Maio de 1983

Partindo do óbvio - UFPB e ADUF modificaram seus procedimentos decisórios nos últimos anos - pretendo seja discutida a descentralização orçamentária em voga atualmente na UFPB e, vagando indecisa na ADUF. Em outras palavras, pois acredito que a democracia pressupõe legitimidade e lealdade a princípios, acredito que a UFPB tenha se democratizado nos últimos anos, coincidentes com a história da ADUF ou não, mas a ADUF de existência recente e vacilante ainda é regida por princípios autoritários, por mais que desejemos esconder isto. Vamos aos fatos.

A questão orçamentária foi levantada na ADUF na última gestão, acontecida de maio de 1982 até abril de 1983: as diretorias Social-Esportiva (25% da arrecadação hoje totalizando Cr\$ 620 mil) e Cultural-Científica (01 salário mínimo, hoje Cr\$ 30.600,00) apresentaram e tiveram aprovados seus orçamentos, que sofreram algumas dificuldades pra serem cumpridos. A atual diretoria, eleita pra até abril de 1984 ainda não se pronunciou sobre a questão orçamentária, integram esta direção antigos diretores re-eleitos e confessos inimigos da descentralização orçamentária, que entre outras realizações, permitiu a implantação da SEDE SOCIAL (embrião da futura SEDE CAMPESTRE) e, uma programação cultural periódica (hoje engordada com um trabalho científico de SEMINÁRIOS E DEBATES pela nova diretoria). Do exposto acima nota-se que mais de 70% das verbas da nossa ADUF foram gastas sem prévio orçamento, embora sejam consideradas grosso modo despesas óbvias: funcionários, viagens, impressos, correspondências, etc.

Na UFPB a questão é mais antiga e, pelo que sei, os orçamentos vem sendo respeitados até o momento.

As tais despesas óbvias levaram a esta pérola de afirmação na proposta de Relatório de Diretoria a ser submetida a Assembléia Geral por que o Conselho de Representantes no início de abril devolveu pra que fosse completado e obtido consenso em alguns pontos. Afirma a citada proposta de Relatório:

... "Esta ativa participação lhe valeu o privilégio de integrar a Executiva da Comissão Intersindical da Paraíba e de fazer parte da Comissão Sindical deste Estado que esteve na reunião nacional da PRÓ-CUT, em Brasília, nos dias 10-12/10/82, onde defendeu as bandeiras específicas do movimento docente e lutou com afinco pela renovação do sindicalismo brasileiro. Diga-se, de passagem, que foi graças a essa decidida participação, que a ANDES obteve o direito de integrar a Comissão Nacional Pró-Cut com direito a voz e voto"...

Não me parece óbvio que o aluguel da SEDE SOCIAL, hoje Cr\$ 100 mil, e uma programação cultural, na época Cr\$ 23 mil, seja culpada do fracasso sindical mostrado pela última gestão, mas o que dizer da nossa ADUF levando a ANDES de reboque como pretende a pérola negra acima. Hoje, passagens aéreas pra os rincões sul-sudeste custam mais de Cr\$ 100 mil e, as prioridades de aplicação das nossas verbas ainda não foram discutidas de público, embora a experiência 82/83, da qual participei como Diretor Cultural-Científico, tenha deixado instalações, equipamentos e experiências nunca ousados antes. Com a palavra, nossos sócios.

Arrematando, repito o que afirmei na eleição pra diretoria passada, fiz oposição à diretoria hoje eleita: os orçamentos das Diretorias Social-Esportiva, e Cultural-Científica devem ser mantidos e, esta prática orçamentária deve ser estendida às Secretarias-Adjuntas dos Campi do Brejo e Sertão. PROPOSTA DE DIVISÃO DO BOLO: 25% pra Social-Esportiva, 5% pra Cultural-Científica e, metade da arrecadação deve voltar aos campi do interior pra garantir despesas mínimas com correspondência, impressos, fotocópias, viagens, etc.

Carta recebida do professor João Tertuliano, no dia 9 de maio, solicitando publicação.

"A PRISÃO DE NOSSOS COLEGAS"

Denunciadas, em nossa Assembléia do dia 17 passado, as prisões de 05 estudantes, professores e funcionária, colegas de nosso Campus II, logo em seguida, estivemos em Comissão reunidos com o delegado da polícia federal, responsável pela instauração de inquérito.

Emitimos imediata nota à comunicade, assinalando, em nosso posicionamento, que:

1. A prisão destes estudantes, professores e funcionária, com base na Lei de Segurança Nacional, constitui uma flagrante violação de um direito elementar da pessoa humana de se organizar livremente e possuir suas idéias.
2. A manutenção destes colegas detidos em cárcere, com base em dispositivos legais herdados de uma época negra da história, configura uma injustificável prevenção, posto que são cidadãos que exercem atividades regulares, com endereço fixo e gozam de idoneidade ilibada.
3. A comunidade acadêmica se sente constrangida repudiando estes atos de violência e arbítrio que, seguramente, não contribuem com a propalada intenção de promover a abertura democrática.
4. Causa-nos apreensão o estado de saúde da colega Marly de Castro, gestante que exige atenção e cuidados médicos especiais.
5. Como parte de nossos pleitos exigimos o fim do aparato repressivo, da Lei de Segurança Nacional e de todos os resquícios de medidas excepcionais que propiciam a prisão arbitrária de cidadãos brasileiros.

Continuamos acompanhando a situação dos nossos colegas, brindando-lhe SOLIDARIEDADE.

SOLIDARIEDADE

CONJUNTO "ALVARO GAUDÊNCIO"

Num movimento espontâneo, um numeroso grupo de famílias tomaram posse das 3050 casas existentes no Conjunto Alvaro Gaudêncio entre os dias 18 e 21 de Março último. Sem obras de infraestrutura, apesar das denúncias de que há recursos destinados para as mesmas, o conjunto, hoje chamado de "MALVINAS", abriga cerca de 3.000 famílias em precárias condições.

As mais representativas entidades de Campina Grande se solidarizaram com os moradores, criando um Comitê de Apoio, extensivo também aos agricultores de Alagoa Nova. Deste Comitê faz parte, desde a primeira hora, a ADUFPb-CG, ao lado de 50 outras entidades, entre elas, a Comissão de Justiça e Paz, a Intersindical, DCE, UCES, Coordenação dos Clubes de Mães, partidos políticos, SAB's e Sindicatos.

O Comitê vem funcionando tanto através do trabalho de uma Coordenação quanto pelas reuniões plenárias que, desde a três semanas, vem ocorrendo na Câmara de Vereadores de Campina Grande, todas às quartas-feiras às 8:00 horas da noite.

ALGUMAS ATIVIDADES DO COMITÊ

As principais ações encetadas pelo Comitê de Apoio, juntamente com a Comissão Pró-Associação dos Moradores do Conjunto, foram as seguintes:

- Envio de um telex ao Secretário de Saneamento e Habitação do Estado da Paraíba, convidando-o para um debate público com o objetivo de discutir a situação do conjunto, a política habitacional do governo estadual, além de outros assuntos que ele julgasse conveniente. Não houve resposta do Senhor Secretário;

- Audiência com sua Excelência o Governador do Estado, na qual foram apresentadas as principais reivindicações dos ocupantes do conjunto da qual participaram dois dos ocupantes;

- Elaboração e difusão de um panfleto contendo as reivindicações dos moradores;

- Divulgação periódica através da imprensa campinense, das precárias condições existentes no conjunto, particularmente quanto ao fornecimento de água, impedimento de entrada de veículos, precárias condições sanitárias, não existência de posto médico em funcionamento e, naturalmente, o cerco policial.

- Atualmente está em andamento a realização de um CENSO dos moradores do conjunto, o que permitirá conhecer aspectos fundamentais da situação daquela população.

Recentemente, as condições de moradia no conjunto melhoraram um pouco com a retirada de parte da cerca de arame farpa do e com a saída do destacamento da Polícia Militar.

A situação hoje no conjunto é ainda de incerteza para as 3.000 famílias que necessitam de uma casa para morar e não sabem qual será, realmente, o encaminhamento que o Governo dará para regularizar sua situação. Há, de certo, a determinação de manter o que foi conquistado ...

ANDES REPUDIA PRISÕES ARBITRÁRIAS EM CAMPINA

A ADUFFb-CG recebeu, da presidência da ANDES, o seguinte telegrama: ANDES CONDENA PRISÃO ARBITRÁRIA CINCO PESSOAS ESTADU PARABRA QUANDO EXERCIAM DIREITO LIVRE MANIFESTAÇÃO PT EXIGE LIBERTAÇÃO IMEDIATA REPUDIANDO TENTATIVA ENQUADRAMENTO LSN PT
LUIZ PINGUELLI ROSA PRESIDENTE ANDES

Associação de Docentes da
UFPb de Campina Grande

ADUFPb-CG
RUA. APRIGIO VELOSO, 882 - BOBOCONGÔ - 58.100 - CAMPINA GRANDE - PB

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA RESULTADO PERIODO 01.05.82 a 07.04.83

DISCRIMINAÇÃO	NO MÊS	ACUMULADO
1 . RECEITAS	1.481.001,68	5.710.345,49
Mensalidades ADUFPB	1.236.984,00	5.391.220,64
Diversas	244.017,68	319.124,85
2 . DESPESAS	1.265.184,57	4.361.069,83
Folha de Pagamento	41.800,00	538.380,00
IAPAS	14.955,00	159.161,00
FGTS	5.016,00	60.225,00
Serviços de Terceiros	51.900,00	228.600,00
Jornais e Revistas	89.881,00	264.531,60
Passagem Aérea	352.851,00	654.356,46
Viagens e Ajuda de Custo	57.258,00	205.604,78
Correios e Telefones	15.151,00	141.272,92
Mensalidades Andes	112.440,00	613.840,00
Impressos, Material Expediente	60.860,00	340.792,00
Cópia Xerox	8.450,00	35.905,00
Outras Diversas	22.845,00	102.476,50
Despesas C/Esportes	-	82.900,00
Despesas C/Compras Cordeis ..	-	25.130,00
Contribuição Intersindical ..	4.000,00	39.302,00
Comissão Cultural	-	72.068,00
Despesas C/Man Equipamentos..	-	15.000,00
13 Salários	-	62.700,00
Gratificação a Funcionários..	20.000,00	20.000,00
Férias	20.900,00	100.947,00
Despesas c/Congresso	378.480,00	499.332,00
Despesas c/Organização Cursos	-	23.568,00
Despesas c/Confraternização..	-	66.580,00
PIS S/Folha de Pagamento.....	8.397,57	8.397,57
Despesas Sede Social	306.750,00	1.397.453,70
Remessas Numerário	106.750,00	509.453,70
Aluguel	200.000,00	888.000,00
3 . RESULTADO DO PERIODO	(90.932,89)	(48.178,04)

Campina Grande, 07 de abril de 1983

Francisco Sales Azevedo (Tec. Cont. 1820)

PROJETO DE LEI Nº 1.657-A, DE AUTORIA DO DEPUTADO OTACÍLIO QUEIROZ (MDB/PB), QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR A "FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE".

" O Congresso Nacional decreta":

- Art. 1º - Fica o Governo Federal autorizado a instituir a Fundação Universidade Federal de Campina Grande, com patrimônio e personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba.
- Art. 2º - A Fundação Universidade Federal de Campina Grande será integrada ao Centro de Ciências e Tecnologia e demais instituições antes subordinadas à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sediada na cidade de Campina Grande, e de Areia assim discriminadas:
- I - Faculdade de Engenharia Civil; II - Faculdade de Engenharia Elétrica; III - Faculdade de Ciências Sociais; IV - Faculdade de Ciências Econômicas; V - Escola de Agronomia do Nordeste; VI - Escola de Processamento de Dados; VII - Escola de Meteorologia; VIII - Ciclos Básicos de Ciências Econômicas e de Engenharia; IX - Cursos de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia de Sistemas.
- Art. 3º - O Patrimônio da Universidade Federal de Campina Grande será constituído por: I - recursos orçamentários que lhe forem consignados; II - doações e legados; III - recursos de outras fontes.
- Art. 4º - A Fundação Universidade Federal de Campina Grande será vinculada ao Ministério de Educação e Cultura, que promoverá nos termos de Estatuto baixado por Decreto do Presidente da República, a sua instalação, incorporando-lhe a Universidade Regional do Nordeste e Faculdade de Medicina de Campina Grande, com os seguintes cursos: Serviço Social, Letras, Licenciatura em Química, Física e Matemática, Estudos Sociais, Pedagogia, Ciências Jurídicas, Administração, Química Industrial, Engenharia Química, Odontologia, Ciclo Geral, Enfermagem, Engenharia Mecânica, Licenciatura em Ciências Biológicas, Farmácia e Bioquímica, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Obras Hidráulicas, Saneamento e Movimentação de Terras e Pavimentação, além dos ministrados pela Faculdade de Medicina (FMCG).
- PARÁGRAFO ÚNICO - Os Estatutos da Fundação autorizarão a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), por intermédio da sua Reitoria, a promover os necessários entendimentos com a Prefeitura Municipal daquela cidade sobre a forma de doação do patrimônio da Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE), e com a Sociedade Mantenedora da Faculdade de Medicina de Campina Grande, com a mesma finalidade.
- Art. 5º - Os Estatutos deverão prever que, no período inicial de instalação da Fundação Universidade Federal de Campina Grande, o diretor do Centro de Ciências e Tecnologia da UFPB exercerá, cumulativamente, as funções de Reitor da Universidade, em caráter temporário.
- Art. 6º - Esta Lei será regulamentada no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da sua publicação, mediante estatuto proposto pelo Ministério da Educação e ouvida a Procuradoria Geral da República, baixada pelo poder Executivo, mediante decreto.
- Art. 7º - A presente lei entra em vigor em data da sua publicação.
- Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

RA 000 de RudeR

A crise econômica chega à cama do paulistano

A ansiedade dos que temem perder o emprego e a depressão dos que já o perderam estão na raiz das disfunções sexuais mais frequentes

Ilustrações de Miguel

RICARDO KOTSCHO

A crise, enfim, chega à cama do paulistano. A síndrome do DSI — desejo sexual inibido, quer dizer, a falta de apetite na cama — atinge indistintamente velhos e moços, ricos e pobres, empregados e desempregados, lotando as poucas clínicas especializadas na cidade.

No setor de sexologia do ambulatório de Ginecologia do Hospital das Clínicas, há mais de 60 mulheres esperando na fila de triagem, que só poderão ser atendidas no final de julho. Na elegante Clínica Kinsey, da avenida Brigadeiro Luis Antônio, o professor Haruo Okawara atende a altos executivos, políticos e profissionais liberais durante todo o dia, ininterruptamente, até as oito da noite.

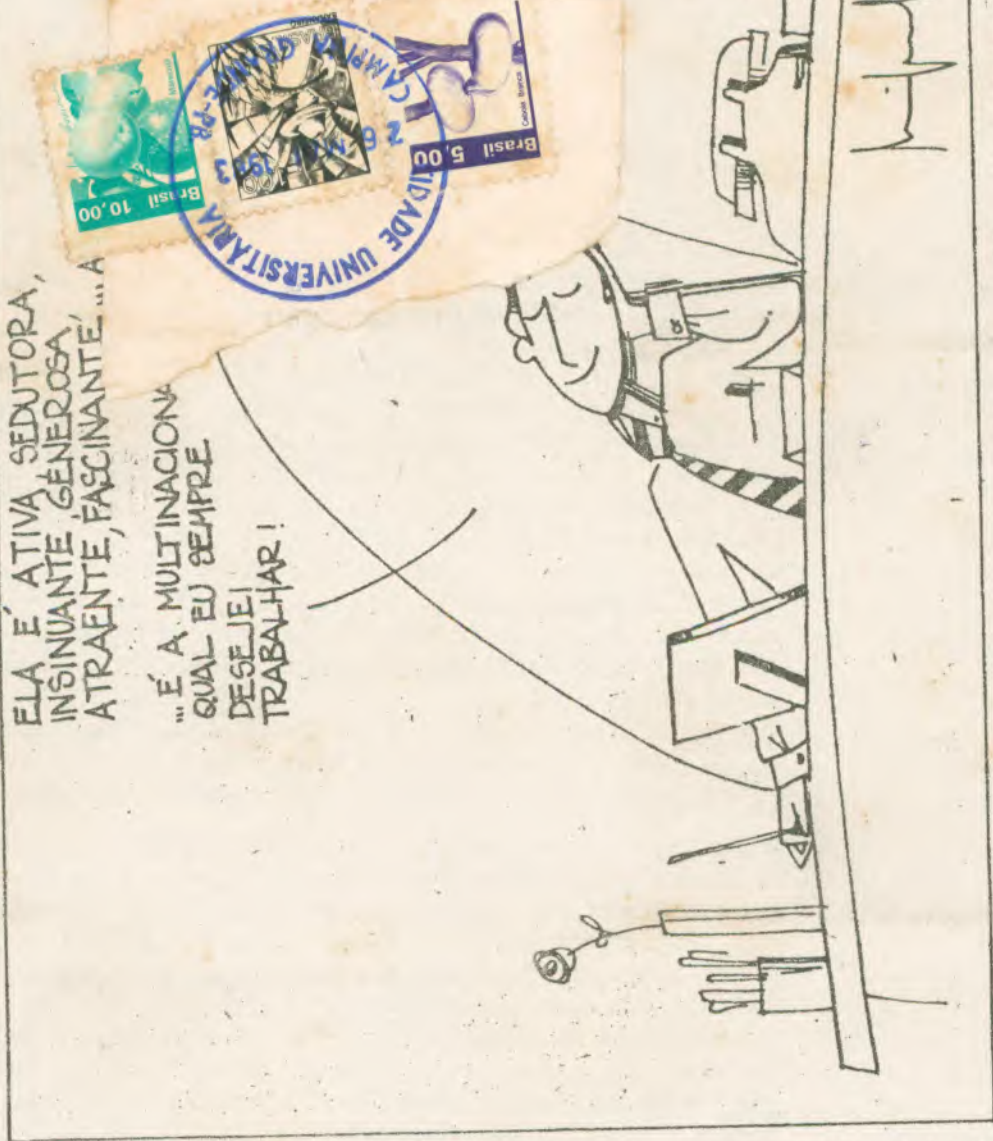
Os sintomas da grande maioria das pessoas que perderam a vergonha de levar seus problemas sexuais às clínicas especializadas são basicamente dois: a ansiedade exagerada dos que temem perder o emprego e a depressão dos que já o perderam. Em ambos os casos, as dificuldades financeiras provocadas pela crise econômica estão na raiz das disfunções sexuais mais frequentes, batizadas de DSI.

No Brasil do FMI, a tensão e a insegurança em que as pessoas vivem, seja um poderoso industrial ou um taxista de frota, acabam criando um círculo vicioso difícil de ser rompido sem a ajuda de clínicas e psicoterapeutas, já que ninguém tem o poder de mudar a política econômica do governo.

Pode variar a qualidade da bebida, mas todos estão bebendo mais — pri-

ELA É ATIVA SEDUTORA,
INSINUANTE, GÊNEROSA,
ATRAENTE, FASCINANTE, ... A

"É A MULTINACIONAL
QUAL EU SEMPRE
DESEJEI
TRABALHAR !



Na periferia, o medo das mulheres é perder o marido que sustenta a casa

ADUR/RJ - Assoc. dos Doc. da Univ. Federal
Rural do Rio de Janeiro
C. Postal 37
23.460 - ITAGUAÍ - RIO DE JANEIRO
IMPRESSO